

“Uso exclusivo de aguardente do Douro é inviável, ilegal e destrói setor” – Denúncia Associação de Empresas do Vinho do Porto

written by O Cidadão | 14 de Maio, 2026



A associação classificou a medida como ***“uma ilusão perigosa”*** que, sob o pretexto de resolver o problema dos excedentes de vinho de Denominação de Origem Controlada (DOC) Douro, ***“esconde uma total inviabilidade jurídica, operacional e económica que ameaça colapsar a viticultura regional duriense”***.

Nas últimas semanas decorreram, na Assembleia da República, em Lisboa, audições de entidades sobre o uso exclusivo de aguardente vínica com origem e produção na Região Demarcada do

Douro (RDD) na beneficiação do vinho do Porto e moscatel, na sequência da aprovação, em janeiro, de um diploma do partido Juntos pelo Povo (JPP).

Ouvida em audiência, a AEVP já tinha alertado para o impacto social da medida, estimando uma perda de cerca de 3 mil postos de trabalho em Vila Nova de Gaia e na RDD, o encerramento de centros de vinificação, armazéns e linhas de engarrafamento e uma contração do negócio em 50%.

Um impacto que, acrescentou, estender-se-á às indústrias da cortiça (rolhas), vidro e embalagem, que verão os seus **“negócios reduzidos drasticamente”**.

Hoje, em comunicado, reforçou a sua oposição à medida e defendeu que a **“regulação dos excedentes de vinho da DOP Douro não pode ser feita à custa da sustentabilidade e sobrevivência do vinho do Porto”**.

“Estamos a abrir uma caixa de Pandora. Bruxelas poderá questionar pilares como o sistema de benefício, a lei do terço e até o engarrafamento na origem, desregulamentando um setor que é a bandeira de Portugal no mundo,” alertou a AEVP.

A associação disse ainda que a **“utilização de uma matéria-prima cinco vezes mais cara que o preço de mercado mundial terá um impacto imediato no bolso do consumidor”**, estimando um aumento de **“1,60 euros por litro, o que representa uma subida de 40% no preço dos vinhos standard”**.

Para a AEVP, **“esta perda de competitividade coloca em risco direto 198 milhões de euros em vendas anuais”**.

Disse ainda que, devido aos ‘stocks’ excessivos que a medida criaria, o comércio **“poderá ficar três anos sem comprar uvas na vindima, asfixiando os pequenos viticultores”**.

Estatuto do Douro Vinhateiro

Além do custo, a AEVP sublinhou que os vinhos excedentários do

Douro (tintos e com grau alcoólico elevado) ***“não têm o perfil enológico, nem são suficientes para a produção da aguardente necessária”***.

“A existência de dois tipos de vinho do Porto produzidos com aguardentes de origem diferente, comprometeria a venda de 261 milhões de litros de vinho que hoje envelhecem nas caves de vinho do Porto”, considerou, alertando para o ***“risco de perda de reputação da RDD”***.

A proposta para a AEVP, ameaça também o estatuto do Alto Douro Vinhateiro como Património Mundial da UNESCO e a sobrevivência do ecossistema vitivinícola da região.

“Esta lei não resolve o problema dos excedentes do Douro, pelo contrário, cria um ciclo vicioso de destruição de valor que ameaça o estatuto de Património Mundial da região e a sobrevivência económica de milhares de famílias”, concluiu a AEVP.

Em alternativa, a associação propõe um plano assente em medidas estruturais e ecológicas, incluindo a ativação da vindima em verde, substituição cultural da vinha e reconversão da atividade com dignificação do viticultor, projetos-piloto de créditos de carbono, créditos de natureza e valorização dos serviços de ecossistema.

O projeto-lei do deputado único do JPP, que quer consagrar o uso exclusivo de aguardente vínica produzida na RDD para a produção de vinho do Porto e do moscatel do Douro, foi aprovado com os votos contra do PSD, CDS-PP e IL.

OC/AJS